


INSTITUTO	
	
<b>Documentação</b>	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	GM, Saneamento e Saúde
Data	25/06/2002, Pg C8
Class.	483

**MOGNO**

## Denúncia do Greenpeace não repercute

Renata Ferreira  
de Belém

Cerca de 15 dias após a denúncia do Greenpeace de que a empresa paraense **Adair Comercial Ltda**, com sede em Belém, havia contrabandeado mogno para a Espanha, como se fosse uma carga de cedro, o caso continua sem conclusão. A empresa, que tem negado a acusação, ainda não foi autuada e nem inocentada.

Segundo Paulo Contente, gerente executivo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama-PA), a denúncia foi feita diretamente à sede do Ibama, em Brasília, ao presidente do órgão, Rômulo José Barreto de Melo, que repassou o caso a Polícia Federal.

O próximo passo seria a Polícia Federal abrir inquérito para apurar a acusação. Caso a denúncia seja verdadeira, explica Contente, a Polícia Federal tomará as providências cabíveis, como multar a empresa, obrigá-la a pagar a cota de reposição de mogno e até chegar, se for o caso, a cancelar o seu funcionamento. Contente diz não saber qual o prazo final da apuração do caso pela Polícia Federal.

### Ibama em compasso de espera

O Ibama-PA, por sua vez, também está em compasso de espera. Desde o final da semana retrasada, os técnicos do órgão dizem que realizam um levantamento sobre o estoque de madeira que a empresa tem direito de comercializar. A Adair Comercial não explora madeira, só vende o produto. "Estamos contabilizando o que tem no pátio da empresa e no porto de Belém para ver se há diferença entre o que consta no documento da cota de exportação da Adair e essa madeira que está destinada à venda. Se comprovada a diferença, o Ibama-PA deverá multar a empresa", diz Contente.

O gerente executivo do Ibama-PA acredita que até o final desta semana o levantamento estará concluído. Diz também que não pode adiantar o valor da multa, caso ela tenha que ser cobrada, porque isso depende do volume que foi exportado ilegalmente. Após o levantamento, o Ibama-PA vai repassar o caso da Adair Comercial para a assessoria jurídica do órgão, em Belém, que deverá se pronunciar sobre que tipo de irregularidade a empresa cometeu e quais as punições cabíveis.